



reinaldo**valino**

Internet por órgãos públicos

A Tecnologia da Informação e Comunicação-TIC na vida da sociedade é cada vez mais importante dado ao rápido avanço com que ela se apresenta. Dentre os instrumentos que integram a TIC, temos a Internet, a qual considero como fundamental para criar, coletar, organizar, transferir e divulgar informações, bem como no poder de diálogo e comunicação que ela oferece aos seus usuários. O impacto que a Internet proporciona na sociedade é avassalador e surge a cada dia, exigindo a adaptação das pessoas e organizações, incluindo-se nestas as administrações públicas e governos.

Os órgãos públicos necessitam passar por uma transformação tecnológica, objetivando adequar suas gestões governamentais à modernização e atenderem as suas necessidades e da sociedade com mais transparência, buscando a melhoria da qualidade de seus serviços com mais eficiência em um novo ambiente e ao mesmo tempo inovando o modo de se comunicar com o cidadão de forma direta. Para isso, precisam os governos investirem em equipamentos tecnológicos e, principalmente, na capacitação de seus gestores e servidores públicos.

A necessidade de adequar a gestão pública à TIC prepara os órgãos também no atendimento de leis importantes como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e um de seus principais pilares encontra-se na transparência, onde os instrumentos de gestão dos governos devem ser amplamente divulgados, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Se há a necessidade de transformação dos governos de controle interno (Ex.: Órgãos da Adm. Direta, Indireta, Autarquias e Fundações), o mesmo investimento vale também para os órgãos públicos de controle externo (Ex.: Tribunais de Contas), pois estes precisam acompanhar ou ultrapassar a evolução daqueles que são seus jurisdicionados em suas fiscalizações e, assim, repassarem as informações sobre o desempenho dos mesmos à sociedade. Entretanto, faz-se necessário que ambos os controles (interno/externo) utilizem a Internet de forma que as informações sejam claras e objetivas, de modo a facilitar o entendimento do cidadão em suas diversas classes, o que, sem dúvida, promove a participação democrática e o controle social.

É comum encontrarmos hoje nas administrações públicas montanhas de papéis que incham seus arquivos, o que na maioria das vezes são conseqüências da burocracia estatal, resultando na morosidade dos serviços públicos e na formação de longas filas de pessoas atrás de informação. Daí, um dos problemas que alimentam a necessidade de investir na TIC.

No atual contexto de governos eletrônicos, é perceptível a rápida atuação dos órgãos públicos no oferecimento de serviços direcionados aos deveres do cidadão, como por exemplo a implantação, já há alguns anos, dos sistemas de preenchimento e envio das declarações de Imposto de Renda via internet e do voto eletrônico nas eleições, através da implantação, desde 1996, das urnas eletrônicas. A mesma vontade política do governante despejada nas obrigações, deve-se estender, também, aos direitos do cidadão.

Diante do atual quadro de corrupção em que se apresenta o País, é indispensável que órgãos, principalmente, os de controle atuem cooperativamente através de sistemas *on line* no

cruzamento de informações. Nesse sentido, temos como resultado da cooperação firmada entre a Secretaria da Receita Federal e as Administrações Tributárias Estaduais e Municipais: a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, projeto que modificará a sistemática atual do cumprimento das obrigações fiscais pelos contribuintes junto às Administrações Tributárias, como a substituição da emissão de livros e documentos contábeis e fiscais em papel por documentos eletrônicos com certificação digital - espécie de arquivo eletrônico que acompanha um documento com uma assinatura digital e que garante a autenticidade, a integridade e a confidencialidade de uma informação.

Investir em TIC produz mudanças significativas e positivas. A NF-e, por exemplo, além de melhorar o processo de emissão e gestão das informações fiscais, trará benefícios para contribuintes, administrações tributárias e sociedade. Para esta, os benefícios ocorrerão na redução do consumo de papel, com impacto positivo no meio ambiente; no incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias; e no surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de serviços ligados à NF-e.

Portanto, a TIC exerce um papel fundamental na transformação das administrações públicas. E, particularmente a Internet com as suas diversas opções de uso, é peça indispensável para que isso aconteça, principalmente na mudança no modelo de conduzir as gestões públicas, tornando os serviços mais ágeis e eficientes, fazendo com que haja maior transparência nas ações governamentais, além de propiciar benefícios à sociedade através de sua correta utilização, pois as mudanças serão sentidas no cotidiano do cidadão que, por meio da Internet, passa a possuir mais uma importante ferramenta no exercício da cidadania e controle social.

*** Reinaldo Valino é Bacharel em Ciências Contábeis - Analista Auxiliar de Controle Externo do Tribunal de Contas do Pará – Pós-graduado em Gestão Pública e Auditoria Pública.**